

**OFICINA 10 ANOS DO CNRH – DESAFIOS E
PROPOSIÇÕES PARA MELHORIA DO SEU
FUNCIONAMENTO**

RELATÓRIO

Francisco Carlos Bezerra e Silva

Rosana Garjulli Sales Costa

Dezembro 2008

OFICINA 10 ANOS DO CNRH – DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA MELHORIA DO SEU FUNCIONAMENTO.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao longo dos seus dez anos de funcionamento, vem cumprindo o papel de instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, notadamente na produção de deliberações que regulamentam e orientam a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei nº 9.433, de 1997.

Sua estruturação está assentada na composição de um plenário plural e no funcionamento de dez câmaras técnicas, quantidade máxima prevista.

O atual estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos está marcado por um amadurecimento de questões que impõem a necessidade de priorização de respostas, visto serem grandes os desafios que ainda se colocam à consolidação dessa política, cabendo ao CNRH tornar-se um organismo cada vez mais representativo na sua composição, eficiente no seu funcionamento e transparente na sua atuação.

Questões como a necessária articulação das políticas setoriais relacionadas à água, o fortalecimento do SINGREH junto à sociedade brasileira, a consolidação de um modelo participativo de gestão entre outras, contribuem para que o CNRH tenha uma pauta ampla e diversificada, cuja priorização e agilidade nas respostas às respectivas questões e desafios são essenciais ao reconhecimento do Conselho como ente máximo do sistema de gerenciamento das águas brasileiras.

O país já conta com um Plano Nacional de Recursos Hídricos, peça-chave para os encaminhamentos da área de recursos hídricos no Brasil, cuja responsabilidade de monitoramento e acompanhamento de sua execução é uma das principais competências do CNRH. O PNRH, com seus programas e subprogramas, por sua vez, demanda do CNRH a apreciação e aprovação de diversos produtos, os quais deverão ser devidamente priorizados em sua pauta, de modo a garantir a real execução deste instrumento em questão.

Por sua vez, o atual modelo estrutural e funcional do CNRH demanda uma avaliação voltada para o seu aperfeiçoamento, necessidade permanente em um sistema dinâmico como é o SINGREH.

Como etapa inicial de um processo mais amplo de avaliação e reestruturação, essa Oficina de Trabalho foi proposta para fornecer subsídios para um planejamento que permita ao CNRH o fortalecimento de sua integração, transparência e eficiência. Seus resultados indicam os principais desafios do CNRH e proposições que possibilitem aperfeiçoar o seu funcionamento.

OBJETIVOS DA OFICINA

- Promover uma avaliação do funcionamento do CNRH pelos participantes das Câmaras Técnicas de modo a subsidiar a definição de uma metodologia de planejamento e monitoramento das atividades do Conselho.
- Aproximar os membros das Câmaras Técnicas do CNRH contribuindo para uma maior integração na sua atuação.

PARTICIPANTES

Membros das 10 Câmaras Técnicas do CNRH (VER LISTA ANEXA)

METODOLOGIA

A Oficina foi realizada seguindo três etapas encadeadas, precedidas por uma abertura onde a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente–Urbano – SRHU – apresentou o seu objetivo contextualizando-a em um processo de avaliação que será ampliado no ano de 2009, bem como o caráter propositivo da oficina a este processo.

a) Apresentação e discussão do atual estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos desafios demandados ao CNRH.

- Nessa etapa foram apresentados os posicionamentos da SRHU diante do atual estado da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Uma avaliação feita pela ANA sobre o estado da arte da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do funcionamento do CNRH; e (Anexo 1)
- Uma apresentação da situação atual do Plano Nacional de Recursos Hídricos e suas demandas para o CNRH. (Anexo 2)

Tais apresentações contribuíram para uma visão dos desafios atuais que se colocam para o CNRH como instância máxima do SINGREH.

b) Discussão em grupos de trabalho de proposições para subsidiar a melhoria no funcionamento do CNRH.

Foram formados cinco grupos mesclando os membros de todas as Câmaras Técnicas com o objetivo de discutir e elaborar proposições para melhorias no funcionamento do CNRH. Essas discussões tiveram como orientação os seguintes questionamentos:

- Quais os grandes desafios que se colocam para que o CNRH fortaleça o seu papel na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos?
- Como poderá ser melhor definida uma agenda estratégica para o CNRH?
- Como estabelecer uma rotina de planejamento com definição de metas e prazos, indicadores, monitoramento e avaliação das atividades do CNRH e de suas Câmaras Técnicas?
- Como integrar as discussões entre o Plenário, as diversas Câmaras Técnicas e outros colegiados, tendo como elemento norteador o Plano Nacional de Recursos Hídricos?
- Que proposições são apresentadas para melhorar o funcionamento do CNRH? Ex. Número de reuniões, fortalecimento do papel dos representantes, estruturas, mudanças regimentais.

c) Apresentação e discussão em Plenário das proposições geradas nos Grupos de Trabalho.

Cada grupo apresentou a síntese de suas discussões, cujas proposições foram sistematizadas e apresentadas para debate e complementações pelo Plenário da Oficina.

Em seguida o Secretário de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos, Sr. Vicente Andreu Guillo, fez uma síntese dos resultados e as proposições de encaminhamentos.

RESUMO DAS APRESENTAÇÕES

Mesa de Abertura

Composta pelo representante da SRHU, diretor do Departamento de Recursos Hídricos, João Bosco Senra, e pelo diretor da Agência Nacional de Águas, Benedito Braga.

João Bosco Senra justificou a ausência do Secretário no ato inicial em virtude de compromisso no Congresso Nacional e explicitou o objetivo da oficina, cujos resultados deverão ser encaminhados à apreciação do Plenário e contribuirão para a construção do Planejamento Estratégico do CNRH a ser proposto por consultores que estão sendo contratados. Agradeceu à equipe técnica da SRHU e aos participantes da oficina.

O diretor da ANA, Benedito Braga, por sua vez, afirmou a necessidade de reflexão que qualquer instituição passa na revisão dos seus “modus operandi” em busca do seu aperfeiçoamento progressivo. Afirmou que o CNRH precisa ser valorizado e que a ANA tem por missão o apoio técnico ao seu funcionamento. Pontuou como necessidades de reflexão para o atual momento a representatividade no Conselho, a avaliação dos impactos de suas decisões na sociedade e apontou o caminho para ampliar esse impacto político a partir da representação institucional pelos seus dirigentes maiores.

Reforçou o papel da ANA como apoio técnico afirmando que as Câmaras Técnicas precisam utilizar melhor essa capacidade disponível. Finalizou sua explanação afirmando que o CNRH necessita firmar-se como vanguarda do país.

Apresentações:

SITUAÇÃO ATUAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E NECESSIDADES DE ATUAÇÃO DO CNRH – Anexo 1

Expositor: Rodrigo Flecha – Superintendente de Apoio a Gestão

Ao abordar a situação atual da Política Nacional de Recursos Hídricos, o representante da ANA destacou a complexidade da situação de sua aplicação no contexto de um país federativo onde a dupla dominialidade dos recursos hídricos impôs um sistema de gestão em duas esferas de atuação (nacional e estadual) que possuem a mesma missão institucional e são profundamente interdependentes em conteúdo e aplicação.

Entretanto, embora as leis definam que deverá haver uma articulação entre a União e os Estados, nenhum texto legal delineia como se dará essa articulação em bacias interestaduais com relação aos instrumentos ou às instâncias descentralizadas.

Outra dificuldade legal diz respeito à necessidade de compatibilizar e harmonizar os normativos União/Estados superando inclusive os aspectos legais da administração pública que limitam a aplicação da legislação.

Com relação às instituições do SINGREH, destacando os órgãos gestores e conselhos estaduais, há deficiência na manutenção de equipes mínimas e no efetivo funcionamento dos fundos estaduais. Outro fator que enfraquece os sistemas é a descontinuidade dos órgãos gestores e suas

estratégias de ação. Como ilustração dessa debilidade aponta-se que no ano de 2007, quando houve mudanças nos governos estaduais, oito estados brasileiros e o Distrito Federal promoveram mudanças estruturais e legais nos seus órgãos gestores de recursos hídricos.

Diante dessa situação apontam-se como principais desafios à implementação da Política:

- operacionalização e fortalecimento dos comitês consolidando-os como espaço efetivo de deliberação;
- pactuação de normativos, regras e pautas que permitam a convivência e integração entre comitês e bacias compartilhadas;
- a garantia da representatividade e a qualidade da representação em conselhos e comitês;
- a construção de uma lógica territorial de gestão superando a lógica setorial;
- a convergência de políticas setoriais de modo a potencializar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- a construção pactuada entre Estados e a União de um mapa de gestão dinâmico e evolutivo definindo tipologias diferenciadas de gerenciamento em bases territoriais de planejamento e gestão;
- a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos incluindo a sua revisão permanente;
- o estabelecimento de pauta estratégica nacional para o CNRH;

Em seguida apresentou o que a ANA vem desenvolvendo de modo a criar ambientes institucionais de negociação e consenso, tais como convênios, participação na elaboração de planos e na implementação de agências e cobranças.

Apresentou ainda a avaliação preliminar do desempenho do CNRH de modo a sugerir temas que necessitem de um maior aprofundamento, além de propor uma revisão na organização, estrutura e funcionamento global do Conselho e também a necessidade de uma pauta estratégica nacional para o CNRH.

Disse que em uma primeira constatação apenas vinte e um por cento dessas resoluções do CNRH são passíveis de serem aplicadas pelos Estados e que não existe ainda uma avaliação de sua efetiva aplicação nestes entes federativos. Diante dessa constatação alguns questionamentos foram feitos:

- Está o CNRH cumprindo as suas atribuições?
- É hoje o CNRH um Conselho Federal de Recursos Hídricos?
- Como tornar o CNRH um Conselho Nacional de Recursos Hídricos?
- Os temas atuais em discussão são estratégicos?
- Qual a pauta estratégica a construir?

Uma proposta para a reformulação do CNRH seria quanto ao enquadramento de suas competências em quatro grupos distintos:

A – Formulação e Regulamentação da Política Nacional de Recursos Hídricos;

B – Competências de Arbitragem;

C – Funcionamento e Operacionalização do SINGREH; e

D – Funcionamento e operacionalização do CNRH.

De acordo com a proposta apresentada as temáticas que se enquadrassem nos grupos de competências A e B, visto o seu caráter estratégico para a Política Nacional de Recursos Hídricos, seriam atribuições indelegáveis do CNRH. Todavia, aquelas que se enquadrassem nos grupos de resolução C e D poderiam ser delegadas à SRHU, Secretaria Executiva do CNRH.

Um segundo item avaliado foi referente à identificação de relevância dos temas em discussão nas Câmaras Técnicas. Os resultados apontaram que de um total de 55 temas em discussão apenas 25 deles possuem alta relevância para o sistema.

Com relação à representação e representatividade a avaliação adotou a qualificação das mesmas de acordo com os níveis hierárquicos ocupados por seus representantes, constatando que no segmento poder público, 33% das representações dos titulares pertencem ao nível mais alto da hierarquia do órgão, no segmento usuários essa representação é de 17% e no segmento das organizações civis o percentual é de 33%.

Diante dessa avaliação procedida conclui-se que os quatro grandes temas avaliados (regulamentação, competências, composição e regimento interno; Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho; Resoluções e Moções e representação e representatividade no CNRH) necessitam de um maior aprofundamento para efetivamente rever a organização, a estrutura e o funcionamento global do CNRH e criar uma pauta estratégica nacional para o conselho.

Outros temas, entretanto, mereceriam atenção para uma correta avaliação do CNRH:

- realizar cruzamento da matriz de detalhamento dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos com temáticas atualmente em discussão nas câmaras técnicas, de forma a verificar a coerência e a convergência;
- avaliar a convergência das legislações estaduais com as resoluções do CNRH, verificando, inclusive, se os Estados estão incorporando-as em suas respectivas legislações;
- avaliar o desempenho dos grupos de trabalho; e
- avaliar os resultados das moções.

Outra conclusão da avaliação feita pela ANA é de que esta agência não deveria seguir compondo, na qualidade de representante do governo federal, o CNRH, visto que cabe à mesma um papel regulador e a tarefa de cumprir diretrizes políticas do CNRH dando-lhe o necessário respaldo técnico. Por essa proposta a ANA deixaria de ter direito a voto, no CNRH e nas câmaras técnicas, mantendo-se, porém, o seu direito de voz e de manifestação técnica, sempre pertinente.

Na sequência foram feitas ainda algumas recomendações:

a) CNRH realize anualmente reunião de balanço técnico e político sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como base relatório anual sobre o Estado da Arte da Política Nacional elaborado e apresentado pela ANA.

b) Outros temas mereceriam ser tratados pelo CNRH:

- inserção do Plano Nacional de Recursos Hídricos nos Estados;
- inserção da temática bacias compartilhadas interestaduais de interesse nacional e regional nas respectivas legislações estaduais de recursos hídricos;
- definição dos grandes temas estratégicos nacionais que deveriam compor a agenda do CNRH; e
- incorporação das Resoluções do Conselho no planejamento governamental.

Por último foi sugerida uma reflexão sobre as seguintes questões:

- *Quais estratégias e instrumentos de cooperação federativa a construir para efetivar uma GIRH racional, eficiente e eficaz e permitir uma maior articulação institucional, transversal e territorial entre os entes federados?*
- *Quais as principais tendências de evolução da GIRH no contexto federativo?*
- *Essas tendências apontam para uma configuração sustentável da GIRH em termos da construção de um federalismo de cooperação e capacidade de resposta aos desafios colocados para o desenvolvimento?*
- *Quais os principais nós técnicos e institucionais a desatar para a construção de um federalismo que, sem ferir a relativa autonomia dos entes federados, esteja apto a promover a cooperação em torno de objetivos nacionais?*
- *Estamos caminhando em direção a uma gestão federada de recursos hídricos estável, equilibrada e cooperativa ou um conjunto de reformas jurídico-legais se faz necessário para dotar a gestão das águas dessas características?*
- *Como avançar em quadros políticos e institucionais tão complexos e frágeis em que a costura de acordos envolve tantos atores institucionais e regiões diferentes?*

APRESENTAÇÃO DO ESTÁGIO ATUAL DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DA AVALIAÇÃO DA SRHU – Anexo 2.

Expositor: João Bosco Senra

João Bosco Senra afirmou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos já se encontra em implementação, cabendo ao CNRH avaliação e revisão dos resultados obtidos antes da elaboração do PPA.

Registrou que em 2007 foi iniciada a elaboração de uma matriz do detalhamento, que em 2008 foi encaminhada as Câmaras Técnicas para identificar suas contribuições para implementação do Plano apontando qual o papel que deveriam desempenhar na implementação, bem como definir prioridades e reorientar o planejamento. O prazo estipulado para a conclusão dessa tarefa

foi a primeira reunião do CNRH em 2009 e, informou que até o presente momento, duas CTs já concluíram essa identificação.

Ressaltou que o atual momento do PNRH contempla a aprovação de seis metas emergenciais das quais cinco já foram aprovadas e que os programas foram detalhados com o apoio das CTs em uma oficina realizada em 2007 e que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas contribuiu intensamente com o Programa de Águas Subterrâneas.

Afirmou que o monitoramento da implementação deverá ser apoiado pelos relatórios do SIGEOR e do “Estado da Arte” elaborado pela ANA, o que possibilitará ao CNRH proceder a avaliação e revisão do PNRH. A primeira revisão está agendada para o ano de 2010.

Afirmou ainda que seria competência do CNRH acompanhar a implementação do PNRH e que na estrutura deste Conselho cabe à CTPNRH o papel de apresentar, estudar, buscar informações e fornecer ao Plenário subsídios para a sua aprovação.

Finalizou afirmando que o processo do plano deve ser uma oportunidade para implementar a cultura da gestão integrada de recursos hídricos no país.

COMENTÁRIOS GERAIS - Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA

Expositor: Vicente Andreu Guillo

O Secretário Vicente Andreu Guillo ressaltou que o objetivo da oficina seria o de avaliar a partir de um balanço, onde a estrutura, os mecanismos e os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos estariam produzindo as respostas para as demandas da sociedade.

Afirmou que mudanças pontuais vêm sendo feitas no regimento interno do Conselho e que este balanço deveria possibilitar uma proposição de mudanças gerais. Na discussão, entretanto, não se deveria perder o foco de que a estrutura seria secundária frente aos desafios.

A questão a ser colocada seria a de “como enfrentar os desafios com maior transparência?”. Refletiu e apresentou considerações que fez nessa reflexão: nenhum segmento deveria ter maioria no Conselho de forma que possa realmente ser democrático no seu poder deliberativo.

Questionou se há possibilidades de mudanças na atual situação onde a ausência na definição de prioridades dificultaria uma apropriação do Conselho da sua própria agenda. Ressaltou a ainda que a construção de resoluções têm demandado um longo tempo que não se justificaria diante das expectativas da sociedade, o que implicaria em tentar equacionar melhor o tempo nestes procedimentos.

Quanto a elaboração das resoluções questionou o processo que tem como elemento mais presente as capacidades individuais dos membros das CTs e onde o potencial técnico da ANA estaria sendo pouco utilizado.

Questionou ainda se a estrutura cristalizada de dez câmaras técnicas permanentes favoreceria os resultados esperados do CNRH, se não seria possível uma estrutura mais flexível de câmaras vinculadas às resoluções propostas sem a necessidade de câmaras permanentes para temáticas fixas.

Por fim colocou o desafio de construir uma proposta consolidada para ser encaminhada à avaliação do Plenário.

O debate que seguiu após as apresentações iniciais levantou as seguintes ponderações:

- ampliar a participação da representação de entidades que representem interesses difusos;
- avaliar a produtividade e a qualificação da representação por outros indicadores que não sejam os que foram utilizados pela ANA;
- dar relevância ao tema federativo e aumentar o diálogo com o setor ambiental dando maior clareza nos papéis e referências para ambos os sistemas;
- utilizar outros resultados das Câmaras que não sejam suas proposições de deliberações, tal como: a resolução de conflitos que vem sendo realizada no âmbito da CTAP;
- relacionar a racionalidade eficiência-eficácia e o fato que as minorias estão sendo tratoradas no CNRH;
- reduzir a representação majoritária da União dando um caráter mais nacional ao CNRH;
- utilizar o Plano Nacional como referência prioritária e dar centralidade na aplicação dos instrumentos de gestão;
- dar maior apoio aos CBH não federais;
- definir as prioridades nacionais do Conselho;
- discutir os vácuos existentes na Lei de Saneamento diante da questão federativa;
- manter a estrutura atual de câmaras técnicas diante da sua memória histórica dos processos;
- provocar os Estados para aumentar o relacionamento com o CNRH;
- definir claramente qual o papel de cada ente;
- criar indicadores em contraponto à estatística bruta; e
- considerar os biomas do país nas suas resoluções e definir claramente o que é curso d'água.

RESUMO DAS PROPOSIÇÕES

O segundo momento da Oficina foi realizado com a divisão em cinco grupos de trabalho formados por membros das diversas câmaras técnicas com o objetivo de discutir o atual funcionamento do CNRH e propor melhorias neste funcionamento. Os grupos apontaram desafios e avaliaram as questões ressaltadas por ocasião dos debates da etapa anterior para, em seguida, apresentarem suas proposições.

As proposições de cada grupo foram sistematizadas tão logo apresentadas e após a sua reapresentação foram discutidas no conjunto constituído pelos seguintes itens:

- Desafios ao CNRH – *Anexo 3 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;*

- Definição de agenda – *Anexo 4 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;*
- Planejamento e monitoramento – *Anexo 5 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;*
- Integração com os demais entes do SINGREH e políticas setoriais – *Anexo 6 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;* e
- Funcionamento da estrutura – *Anexo 7 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática.*

DESAFIOS AO CNRH

São desafios atuais para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos no cumprimento de sua missão no SINGREH:

1. Estabelecer uma agenda estratégica pautando temas que o fortaleçam como um Conselho Nacional de Recursos Hídricos, considerando as suas competências legais e atendendo as demandas da sociedade.
2. Articular-se com os Estados, os Sistemas afins e os demais entes do SINGREH de modo a integrar a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos com as políticas setoriais.
3. Melhorar o seu funcionamento interno garantindo boa representação e representatividade dos seus membros, consolidando as atribuições das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, melhorando o funcionamento de sua Secretaria Executiva e monitorando os seus resultados.

Desafio 1 - Estabelecer uma agenda estratégica pautando temas que o fortaleçam como um Conselho Nacional de Recursos Hídricos, considerando as suas competências legais e atendendo as demandas da sociedade.

Na definição de sua agenda o CNRH deve considerar o que já foi definido pelas Leis (Constituição Federal de 1988; Lei Nº. 9.433/97, PPA Federal e Estaduais) e buscar contemplar interesses nacionais. Ser embasada no Plano Nacional de Recursos Hídricos; buscar atender as demandas do SIGEOR; e focalizar na implementação dos instrumentos de gestão. Deverá considerar ainda a identificação de temas prioritários para a articulação com o CONAMA (a exemplo de padrões de lançamento e efluentes e definição de vazão ambiental).

A Lei Nº. 9.433/97 deve ser analisada quanto à sua consistência no contexto federativo do país e temas por ela não regulamentados deverão ser tratados no âmbito dessa agenda. Entre esses temas devem ser inseridos a definição de critérios para a gestão de rios fronteiriços e transfronteiriços e estabelecimento de critérios para definição de bacias de interesse nacional e regional.

A pauta do CNRH deve priorizar temas estruturantes e nacionais sendo aliviada de temas pontuais. Na sua formulação a agenda deverá receber contribuições dos seus Conselheiros, das Câmaras Técnicas, Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e demais entes do SINGREH.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos deve ocupar lugar permanente no fomento e monitoramento de sua implementação e na promoção de sua capilarização no âmbito do

SINGREH. As questões estratégicas atuais de implementação do Plano Nacional devem ter prioridade na pauta do CNRH.

A agenda deverá prever ainda o desenvolvimento de estratégias para inserção de suas deliberações na agenda do governo federal e ampliação da visibilidade de suas atividades e deliberações.

PROPOSTA PARA A DEFINIÇÃO DE UMA AGENDA ESTRATÉGICA

A Secretaria Executiva do CNRH deverá receber as demandas para definição da **agenda** até o mês de outubro de cada ano;

As propostas deverão ser encaminhadas ao Plenário do Conselho para definição de prioridades;

Na reunião Plenária para aprovação da **agenda** deve ser considerada a participação dos presidentes das CT e dos membros da SECEX do CNRH possibilitando contribuições;

O Conselho aprovará a sua **agenda estratégica** até o mês de dezembro;

A pauta das CTs deverá ser estabelecida a partir da **agenda estratégica**, entretanto não se exclui a possibilidades por parte das CTs de propor matérias ao Plenário do CNRH, a partir de uma demanda identificada. Caberá ao Plenário fazer juízo de admissibilidade das matérias.

PARA O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES:

O CNRH deverá estabelecer metas e prazos em função de sua agenda aprovada dentro de um plano de trabalho.

Após a aprovação da agenda do CNRH, esta deverá ser remetida pela Secretaria Executiva às respectivas Câmaras Técnicas. Cada Câmara deverá elaborar uma proposta de Termo de Referência contendo objetivos, produtos, metas e prazos e encaminhar para a Secretaria Executiva antes da primeira reunião do CNRH. A Secretaria fará a estruturação do plano de trabalho e o encaminhará ao Plenário para aprovação por ocasião da primeira reunião anual.

Neste planejamento deve-se considerar a dificuldade com relação ao estabelecimento de prazos para produção de propostas pelas Câmaras Técnicas, no entanto, o plano deverá prever prazos para a elaboração de relatórios parciais.

Considerar ainda que seja assegurada a incorporação, a qualquer tempo, de uma questão extemporânea (como um evento hidrológico crítico) na agenda não planejada.

PARA O MONITORAMENTO:

O CNRH deverá definir ainda um sistema de monitoramento e avaliação do funcionamento das Câmaras Técnicas, do seu Plenário e da implementação de suas deliberações contendo indicadores quantitativos e qualitativos que permitam monitorar:

- o desempenho do CNRH e efetividade das CT como formulador de políticas públicas em recursos hídricos;
- o atendimento dos objetivos e metas estabelecidas; e
- o cumprimento do cronograma da agenda de trabalho do CNRH.

Além disso, deverá apropriar-se do SIAPREH, do SIGEOR e do SNIRH como ferramentas para diagnóstico, metas conjunturais e monitoramento, a partir dos quais deve ser apresentado um quadro de referências que traduza o estado da arte da demanda que está nas Câmaras Técnicas para discussão.

Tanto o planejamento quanto o monitoramento e a definição de indicadores deverão ser orientados pela construção de um modelo lógico com auxílio de mediação externa.

Desafio 2 - Articular-se com os Estados, os Sistemas afins e os demais entes do SINGREH de modo a integrar a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos com as políticas setoriais.

A articulação com os Conselhos Estaduais, com o CONAMA e a integração com outras políticas setoriais (em especial a de Meio Ambiente e o setor de saneamento) deverá ser assegurada por meio de um diálogo permanente.

A operacionalização deste diálogo pode ser mobilizada pela ativação da Comissão de integração CONAMA e CNRH criada pela Portaria 357/MMA incluindo ampliar entre suas atribuições a definição de procedimentos para deliberações conjuntas.

Outro procedimento de maior integração com o CONAMA pode vir a ser a articulação entre os dois Conselhos na revisão de seus regimentos e estrutura.

A maior integração do CNRH com os CERH poderá ser alcançada pela:

- a) promoção de oficinas e workshops de integração em função das prioridades nacionais;
- b) estabelecimento de uma dinâmica permanente de diálogo entre as secretarias executivas do CNRH e CERH;
- c) convite para participação no CNRH com direito à voz, a todos os conselheiros dos CERH; e
- d) implantação de um Plano de Comunicação para os entes do SINGREH e órgãos gestores.
- e) Realizar oficinas de integração anuais entre CTs do CNRH e de outros colegiados.

Ainda sugeriram como ação de integração a capacitação dos integrantes do SINGREH.

Desafio 3 - Melhorar o seu funcionamento interno garantindo boa representação e representatividade dos seus membros, consolidando as atribuições das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, melhorando o funcionamento de sua Secretaria Executiva e monitorando os seus resultados.

A composição do CNRH deve ser revista de modo a permitir uma maior representação dos interesses difusos com maior participação da sociedade, usuários, associações técnicas e inserindo a representação municipal.

A representação dos membros assim como a capacitação dos mesmos deverá ser melhorada bem como a integração setorial nessa representação. Os conselheiros devem buscar manter um

diálogo mais direto com os seus representantes nas câmaras técnicas de forma a manter um acompanhamento mais freqüente de sua atuação.

Para seu melhor funcionamento deverá ser reavaliada a necessidade de levar para o Plenário matérias administrativas e operacionais, desta forma dando ênfase para as questões estratégicas.

As Câmaras Técnicas, por sua vez, precisam consolidar suas atribuições, diminuir o sombreamento entre elas e fortalecer suas identidades. Devem ainda buscar estabelecer uma maior integração entre si e com o plenário do CNRH.

As discussões no âmbito das Câmaras Técnicas devem ser pautadas pelas prioridades da agenda do CNRH e recomenda-se maior utilização da internet no desenvolvimento de suas discussões.

As CTs deverão produzir relatórios de suas atividades e ter o seu desempenho avaliado, a partir de critérios bem definidos, sendo divulgado nas reuniões do plenário do CNRH e ser ampliado o suporte técnico para as Câmaras Técnicas, o que poderá ser garantido por meio de uma maior utilização do potencial da ANA e pela contratação de consultores especializados.

A relação entre a CTIL e as demais câmaras precisa ser melhorada, sugerindo-se, para isso que esta CT não venha a discutir o mérito das proposições das demais, mas ater-se ao seu papel original de análise das proposições pelos seus aspectos institucionais e legais.

O CNRH deve elaborar o seu planejamento de trabalho e definir indicadores que permitam monitorar e avaliar o seu desempenho no cumprimento de suas metas, entretanto esses indicadores não poderão ser traduzidos apenas pela produção de resoluções ou moções.

A Secretaria Executiva do CNRH precisa ser melhor apoiada, sendo reforçada a sua equipe e o seu orçamento, para que possa oferecer o suporte necessário ao funcionamento do Conselho e acompanhar o desempenho das câmaras técnicas monitorando os prazos propostos e mantendo o Plenário informado do alcance de suas metas.

No fortalecimento do seu papel caberia a Secretaria Executiva indicar os representantes do MMA nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de modo a reforçar a aproximação do Conselho Nacional com as instâncias estaduais.

O CNRH necessita ainda definir o processo para a elaboração de suas resoluções e também uma metodologia para avaliar o cumprimento de suas resoluções e os efeitos de suas moções.

PROPOSIÇÕES:

PARA O FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS TÉCNICAS:

Deverá ser elaborado um diagnóstico de modo a subsidiar uma avaliação de mudanças ou não na quantidade e objetivos das atuais câmaras, inserindo nessa avaliação as propostas seguintes:

- - manter câmaras técnicas permanentes e criar câmaras técnicas temporárias ou grupos de trabalho;
- - extinguir todas as câmaras técnicas mantendo como permanentes apenas a CTIL e a CTEM;
- - transformar a CTIL em uma câmara que possua a função de filtro das resoluções que irão ao Plenário, e que será formada apenas por conselheiros com a devida paridade;

- - delimitar as atribuições da CTIL, de modo a respeitar as proposições apresentadas pelas demais CT com retorno à câmara de origem antes do envio à plenária do CNRH;
- - revisar a existência das câmaras técnicas com foco nos instrumentos de gestão e com a definição clara de suas pautas;
- - revisar a forma das propostas de resoluções das CTs por um especialista a serviço da Secretaria Executiva;
- – conhecer o conteúdo do manual da Presidência (Lei Complementar No. 95 e Regulamento) de modo a aperfeiçoar suas proposições legais. As minutas dessas proposições deverão ser encaminhadas acompanhadas por exposição de motivos artigo por artigo;
- - criar coordenadores de deliberações (moções e resoluções) no âmbito das Câmaras Técnicas; e
- -criar uma metodologia de integração entre CTs e Plenário do CNRH através de um quadro de referências, baseado nas diretrizes do plano, a ser apresentado no Plenário do CNRH.

PARA A SECRETARIA EXECUTIVA:

A Secretaria Executiva do CNRH deverá ser reestruturada de forma a realizar:

- gestão eficaz do processo de elaboração, tramitação e submissão ao plenário de moções, resoluções e outros encaminhamentos;
- elaboração e monitoramento do Plano de Trabalho do CNRH;
- criação de um núcleo de comunicação e marketing para divulgação do Conselho, inclusive revisão do sítio eletrônico com abertura para sugestões;
- acompanhamento e articulação das pautas dos colegiados e câmara técnicas apresentando relatórios ao Plenário;
- promoção de encontros e eventos de integração entre os Conselhos, segmentos e políticas setoriais; (ex. uma semana “Conselho e as Águas” nos níveis nacional e estadual).
- realização de reuniões do CNRH em outros Estados da Federação; e
- desenvolvimento e aprimoramento dos mecanismos de divulgação e integração entre órgãos da União, dos Estados e CBH.

PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA:

- dar maior publicidade aos trabalhos do CNRH;
- otimizar a utilização de tecnologias de informação;
- criar núcleo de comunicação e marketing na Secretaria Executiva do CNRH;
- implantar Plano de comunicação amplo e veículo próprio para os entes integrantes do SINGREH e órgãos gestores;
- criar redes de informação específicas de cada segmento, envolvendo desde membros dos CBHs até os conselheiros do CNRH;
- criar e manter no site do CNRH um canal permanente de discussão com a sociedade, as pautas e os relatórios das CTs e do CNRH; e

- divulgar as ações do CNRH nos simpósios e congressos das áreas afins (ABRH, ABES, Encontro dos Usuários da Indústria, Fóruns de ONGs Ambientalistas, Fórum de CBH, Congresso de Limnologia, etc).

PARA A CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS:

- conscientização do papel e da representatividade dos conselheiros e de seus representantes nas CT, especialmente do governo federal como articuladores do planejamento da política pública de seu órgão; e
- produção de “manual do conselheiro” sobre funcionamento das CTs e do Plenário.

PARA A REVISÃO REGIMENTAL:

- rever a representação setorial ampliando a participação dos segmentos;
- promover a paridade na representação do CNRH;
- dotar as Câmaras Técnicas de autonomia para a escolha de sua própria composição a partir dos pleitos manifestados pelos conselheiros, no caso de haver excedentes;
- rever as atribuições do CNRH dando ênfase as questões estratégicas de formulação da política e arbitragem, delegando a operacionalização à Secretaria Executiva;
- reformular procedimento para pedido de vista: vetar o pedido de vistas para entidades que contam com representação na Câmara Técnica proponente e/ou na CTIL;
- instrumentalizar todas as decisões do CNRH por meio de moção ou resolução (ex. a criação de comitês de bacias); e
- explicitar como atribuição da Secretaria Executiva o gerenciamento eficaz do processo de elaboração, tramitação e submissão ao Plenário do CNRH de moções e resoluções.

OUTRAS RECOMENDAÇÕES:

- estabelecer programas de fortalecimento das políticas estaduais, mediante o critério da meritocracia;
- condicionar o repasse de recursos para os estados à implantação das instâncias e mecanismos de gestão dos recursos hídricos; e
- condicionar o apoio institucional, financeiro e político à Políticas Estaduais à ausência de deliberações e ações jurídicas que questionem a legalidade dos atos dos agentes públicos.
- fortalecer a Política Nacional de Recursos Hídricos mediante o aporte de recursos financeiros.

PARTICIPANTES

Nº	Nome	Câmara Técnica	Segmento
1	João Clímaco	Conselheiro	ONGs
2	Rodrigo Massad	Conselheiro	Governo - Midades
3	Martinho Santos	Conselheiro	Governo - Mtransportes
4	Walter Suriani	Conselheiro	Prestadoras
5	João Bosco Senra	Conselheiro	Governo - MMA
6	Marco Costa	CTAP	OTEP
7	Marco Antônio Garrido de Oliveira	CTAP	Prestadoras
8	Gilberto Hollanes	CTAP	Governo - MME
9	Manfredo Cardoso	CTAP	Governo - MMA
10	Theresa Castro	CTAP / Conselheira	CERH / DF
11	Daniel Duarte	CTAS	Governo - MMA
12	Emanuel Teixeira de Queiroz	CTAS	Governo - DNPM
13	Nélio Pinheiro	CTAS	CERH
14	Alvaristo Junior	CTAS	MD
15	Marcelo Medeiros	CTAS	Governo - CPRM
16	Cláudia Lima	CTAS	Governo - MMA
17	Fernando Oliveira	CTAS	Governo - MMA/ANA
18	Emílio Prandi	CTAS	OTEP
19	Gerôncio Rocha	CTAS	CERH / SP
20	Laestaniula da Silva	CTAS / CTEM	Governo - MMA
21	Gualter Mendes	CTCOB	Governo - MME
22	Ednaldo Mesquita	CTCOB	Governo - MMA
23	Eduardo Dantas	CTCOB	Prestadoras
24	Oswaldo Andrade	CTCOB	ONGs
25	Eduardo Pascoalotti	CTCOB	Consórcios
26	Renato Lana	CTCOB	Governo - MME
27	Sílvio Renato	CTCOB	Prestadoras
28	Leonardo Klosowski	CTCOB	Governo - MMA
29	Luiz Gonçalves	CTCOB	OTEP
30	Sérgio Leal	CTCOB / CTPNRH	CERH / MG
31	Maria de Fátima Almeida	CTCOST	CERH / BA
32	Rosa Maria Mancini	CTCOST	CERH / SP
33	Chistina	CTCOST	Governo - MME
34	Luiz Fernando Cibys	CTCOST	OTEPs
35	Celso Garagnari	CTCOST	Indústria
36	Aline Garcia	CTCOST	CERH / ES
37	Antônio Farias	CTCOST	Governo - MME
38	Cláudia Magalhães	CTCOST	Governo - MMA
39	Tarcísio	CTCOST / CTGRHT	Governo - Defesa
40	Wallison Carvalho	CTCT	Governo - MDIC
41	Doralice Assirati	CTCT	Governo - DNPM
42	Eduardo Duarte	CTCT	Governo - Eletrobras
43	Aureliano Cesar	CTCT	Governo - MMA
44	Juliane Viana	CTCT	OTEP
45	Paulo Cardoso	CTCT	ONGs
46	Alex Verneiz	CTCT	Comitês
47	Victor Sucupira	CTCT	Governo - MMA/ANA
48	Lara Montenegro	CTEM	Governo - MMA
49	Bériles Cabral	CTEM	Governo - MMA

50	Luciano Chagas	CTEM	Governo - MEC
51	Jane Fontana	CTEM	Governo - MCidades
52	Luis Mello	CTEM	Governo - MMA/ANA
53	Ana Paula Xavier	CTEM	Governo - MMA
54	Franklin Junior	CTEM	Governo - MMA
55	Malu Freire	CTEM	CERH / SP
56	Maria Margareth	CTEM	Governo - Mulheres
57	Rodrigo Flecha	CTEM / CTCT / CTCOB	Governo - MMA/ANA
58	Anna Virgínia Machado	CTEM, CTCT, CTAP, CTPNRH / Conselheira	OTEP
59	Jorge Thierry	CTGRHT	Governo - MMA/ANA
60	Mauri Pereira	CTGRHT	CERH / PR
61	Paulo Paim	CTGRHT	CERH / RS
62	Cláudio Floriani	CTGRHT	Prestadoras
63	Andrea Germano	CTGRHT	Governo - CPRM
64	Valery Pugatch	CTGRHT	Irrigantes
65	Maitê S.	CTGRHT	Governo - MRE
66	Adriana Ferreira	CTGRHT	Governo - MMA
67	Gilney Vilarim	CTGRHT	Concessionárias
68	Fabiano Chaves	CTGRHT	Governo - MMA
69	Fernado Coimbra	CTGRHT	Governo - MRE
70	Antônio Filho	CTGRHT	AHIPAR
71	Sinara Brocts	CTGRHT / CTEM	OTEP
72	Gilberto Canali	CTIL	OTEP
73	Neusa Mascarenhas	CTIL	CERH/SP
74	Marcus Vinícius Silva	CTIL	Comitês
75	Marco Antônio Amorim	CTIL	Governo - MMA
76	Ariadne de Castro	CTIL	Governo - MMA/ANA
77	Maria de Lorde - IUDE	CTIL	Indústria
78	Maria Manuela Moreira	CTIL	Governo - MMA
79	Wilson Azevedo	CTIL	Pescadores
80	Márley Caetano	CTIL / CTAP	Governo - MMA
81	Wilson Bonança	CTIL / CTAP	Irrigantes
82	Margarete Rebolças	CTPNRH	Governo - MPOG
83	Regina Romanini	CTPNRH	Concessionárias
84	Marco Antônio Ramos Caminha	CTPNRH	Indústrias
85	Esther Blumenfeld	CTPNRH	Governo - MMA
86	Nelson Freitas	CTPNRH	Governo - MMA/ANA
87	Luzinaldo Junior	CTPNRH	CERH / BA
88	Alberto Palomo	CTPNRH	Convidado
89	Maria Arlete Rosa	CTPNRH / Conselheira	Prestadoras
90	Leane Chamma	CTPNRH / CTPOAR	Prestadoras
91	Maria do Carmo Santos	CTPOAR	CERH
92	Célia Poeta	CTPOAR	CERH / SP
93	Diógenes Mortari	CTPOAR	Convidado
94	Luciano Meneses	CTPOAR	Governo - MMA/ANA
95	Luiz Cláudio Figueiredo	CTPOAR	Indústria
96	Marília Carvalho	CTPOAR	CERH / MG
97	Rosalvo Oliveira	CTPOAR	Governo - MI
98	Raquel Scalia	CTPOAR	Governo - MMA
99	Bianca Mattos	CTPOAR	Governo - MMA
100	Cláudio Bedran	CTPOAR	ONGs
101	Nelson Filho	CTPOAR	Irrigantes

102	Luiz Henrique Silva	CTPOAR	CERH / BA
103	Andrea Figueiredo	CTPOAR/CTPNRH	Governo - MME
104	Vanessa Empinotti	Convidado	Indústria
105	Humberto Gonçalves	Convidado	Governo - MMA/ANA
106	Cláudia Salles	Convidado	Indústria
107	Andrei Moura	Convidado	CERH / DF
108	Carolino Cepeda	Convidado	Governo - MME
109	Roberto Monteiro	Convidado	Governo - MMA
110	Isadora Suriani	Convidado	Prestadoras
111	Valdeci Goulart	Convidado	Concessionárias
112	Alice Cleto	Convidado	Elabore
113	Carlos Alberto Perdigão	Convidado	Governo - MMA/ANA
114	Laura Perez	Convidado	CERH / SP
115	Marianna Record	Convidado	CERH / PR
116	Maurício Andres	Convidado	Governo - MMA/ANA
117	Viviani Alves	Convidado	Governo - MMA/ANA
118	Irenilda dos Santos	Convidado	ONGs

LISTA DE ANEXOS

Compõem esse relatório as seguintes apresentações realizadas durante o evento:

Anexo 1 – Apresentacao_ANA_atuacao_CNRH;

Anexo 2 – Apresentacao_SRHU_PNRH;

Anexo 3 – Apresentacao_proposicoes_consolidadas_definicao_agenda;

Anexo 4 – Apresentacao_proposicoes_consolidadas_planejamento_monitoramento;

Anexo 5 – Apresentacao_proposicoes_consolidadas_integracao;

Anexo 6 – Apresentacao_proposicoes_consolidadas_funcionamento; e

Anexo 7 – Apresentacao_proposicoes_outros.